

Sumário

Prefácio	1
Nota à 2ª Edição	3
Introdução	5

PARTE 1

URBANIZAÇÃO, A NOVA ORDEM JURÍDICO-URBANÍSTICA E A INFRAESTRUTURA URBANA

1. O processo de urbanização brasileiro: as raízes do caos urbano	11
2. Os problemas sociais das cidades brasileiras	21
2.1. O problema do déficit habitacional	21
2.2. O problema da falta de disponibilização universal do serviço público de esgotamento sanitário e fornecimento de água potável.....	24
2.3. O problema da limitação da acessibilidade das cidades e da mobilidade urbana dos cidadãos	26
3. Aspectos relevantes relacionados à cidade e a nova ordem jurídico-urbanística do Brasil	31
3.1. As diferentes concepções sobre o espaço urbano e a ideia de cidade coerente.....	31
3.2. A nova ordem jurídico-urbanística do Brasil: os princípios e valores orientadores da atuação estatal no âmbito da cidade.....	34
4. Infraestrutura, teoria do domínio público urbano e o mobiliário das cidades: o papel dos equipamentos públicos e das redes de infraestrutura para a efetivação das funções sociais da cidade	41
4.1. A delimitação teórica da infraestrutura	42

4.2. Os principais aspectos da teoria do domínio público urbano	45
4.3. O impacto social da infraestrutura e do mobiliário urbano como premissa à efetivação das funções sociais da cidade	49

PARTE 2

GOVERNANÇA URBANA, IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS URBANAS E AS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

1. Gestão municipal, políticas públicas e os serviços públicos de interesse local	55
1.1. Gestão municipal de políticas públicas no Brasil.....	55
1.2. Políticas públicas e a tradução do direito à cidade	63
1.3. Serviços públicos de interesse local.....	68
2. A privatização da prestação de serviços públicos e implantação de infraestrutura e os instrumentos jurídicos de colaboração entre os particulares e a administração pública	73
2.1. O novo papel do Estado e do Direito Público na gestão urbana.....	73
2.2. O contrato de concessão de serviço público e a sua valoração como instrumento colaborativo de realização de políticas públicas de infraestrutura urbana.....	78
2.3. As espécies de concessão patrocinada e administrativa criadas pela lei 11.079/2004	84
3. O contrato administrativo como instrumento de governança urbana: o governo por contratos	95
4. Os principais desafios para a expansão das PPPs no âmbito municipal	101
4.1. A limitação fiscal de endividamento imposta pelo art. 28 da Lei 11.079/2004	101
4.2. A incapacidade institucional (técnica) do quadro administrativo municipal para avaliar tecnicamente os projetos de PPP	105

4.3. Os limites ao financiamento de projetos de PPP em âmbito municipal	108
--	-----

5. A gestão democrática das cidades e a realização de políticas públicas mediante PPPs.....	115
--	------------

PARTE 3

AS DIFERENTES APLICAÇÕES DAS PPPs NO ÂMBITO MUNICIPAL

1. O panorama da expansão municipal dos contratos de parceria público-privada nos 12 anos de existência da LPPP	121
2. PPP para implantação de unidades habitacionais de interesse social (HIS).....	127
2.1. O suporte normativo do setor de habitação: Constituição Federal, Política Nacional de Habitação (Lei 11.124/2005) e o Estatuto da Cidade.....	127
2.2. Estudos de caso	131
2.2.1. PPP habitacional Jardins Mangueiral (Distrito Federal – DF).....	132
2.2.2. PPP habitacional do Centro de São Paulo	135
3. PPP para implantação de Sistema de Esgotamento Sanitário (SES) e fornecimento de água potável.....	141
3.1. Os aspectos centrais da Lei 11.445/2007: o serviço público de esgotamento sanitário e fornecimento de água potável.....	141
3.2. As condições de validade dos contratos de concessão para esgotamento sanitário e fornecimento de água potável	150
3.3. Estudos de caso	153
3.3.1. PPP de esgotamento sanitário do Município de Macaé (RJ)	154
3.3.2. PPP de esgotamento sanitário do Município de Atibaia (SP)	157

4. PPP para implantação de sistema de transporte urbano coletivo capaz de efetivar a mobilidade urbana e a acessibilidade da cidade.....	161
4.1. O referencial normativo da mobilidade urbana: Constituição Federal e a Lei nº 12.587/2012.....	161
4.2. Estudo de caso: PPP de mobilidade urbana do Rio de Janeiro (RJ)	167
5. PPP para implantação de projetos de iluminação pública e as <i>Smart Cities</i>.....	173
5.1. Aspectos gerais de regulação do setor de iluminação pública no Brasil.....	176
5.2. A contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública (COSIP)	178
5.3. Estudos de Caso	182
5.3.1. PPP de iluminação pública do Município de Belo Horizonte	183
5.3.2. PPP de iluminação pública do Município de São Paulo.....	186
Considerações Finais.....	191
Referências	197